

REFLEXÕES E PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA PARA SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Luis Gustavo Patricio Nunes Pinto¹

Aloísio Costa Sampaio²

Terezinha de Fátima Fumis³

Os primeiros debates sobre a Reforma Agrária e as questões fundiárias começaram a ser trabalhadas pela sociedade apenas por volta das décadas de 1950 e 1960, com a criação da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária) e o surgimento das Ligas Camponesas, ambas impugnadas no *establishment* e, contraditoriamente, criado pelo próprio regime militar, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) para substituir a SUPRA, além da edição do Estatuto da Terra através da Lei nº 4.504 de 1964, dois anos depois, foi desenvolvido o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária através do Decreto 59.456 e em 1970 a fusão da IBRA e INDA originando o INCRA (instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária) pelo Decreto nº 1.110, extinguido em 1987 e retomado em 1989 pela rejeição do decreto de lei que o extinguiu dois anos antes (INCRA, 2016a).

O caso da reforma, só seria retomado após a redemocratização do País, quando em 1985 foi apresentado o “novo” Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Decreto nº 97.766, que previa a destinação de mais de 43 milhões de hectares para se realizar o assentamento de mais de 1,4 milhões de famílias em um período de 4 anos, deu-se neste momento a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), ao final do período determinado pelo plano nacional para o alcance do objetivo, pouco mais de 82.600 famílias haviam sido assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. A Reforma Agrária ainda caminhava a passos lentos, o MIRAD foi extinto (1989), com pouca disponibilidade de orçamento da União e reduzido apoio político, pouco foi feito, até que a questão foi vinculada diretamente à Presidência da República, criado o

1 Aluno de graduação do curso de Ciências Biológicas, FC/Unesp/Bauru. E-mail: luisgpnnp@gmail.com

2 Eng. Agrônomo Prof. Adj. do Departamento de Biologia/Unesp/Bauru. E-mail: aloisio@fc.unesp.br

3 Bióloga Prof. Doutora do Departamento de Biologia/Unesp/Bauru. E-mail: tffumis@fc.unesp.br

Ministério Extraordinário de Política Fundiária que teve o INCRA incorporado a ele. Finalmente no ano de 2.000 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado pelo Decreto nº 3.338, ao qual o INCRA está hoje vinculado (INCRA, 2016a).

Durante esse período tratado acima, acontecia em paralelo o movimento agroecológico, que questionava não só o modelo de agricultura adotado a partir da década de 1950, como também os reflexos deste em questões sociais, econômicas e ambientais. Este movimento encontrou suporte de organizações não governamentais, na sociedade civil (CEB – Comunidade Eclesiástica de Base) e assessoria técnica pelo Programa de Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação dos Órgãos para a Assistência Social (FASE), que originou, através da articulação de ONGs do Sul, Sudeste e Nordeste, a Rede-PTA, usando das suas experiências em processos sociais de inovação tecnológica. A Agroecologia se institucionalizou após grande articulação no primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, de onde surgiu a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2004, no 2º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) é criada a Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA), se consolida como ciência em 2006 com o Marco Referencial de Agroecologia, lançado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e na União com a criação da Lei de Ater, Lei nº 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), definindo os princípios e objetivos dos serviços prestados (VILLAR et. al., 2013).

O desenvolvimento das políticas públicas relacionadas a democratização das terras e o envolvimento social fortalecido no processo de produção e adequações destas políticas avançaram nitidamente com as recentes mudanças se aproximando do desejo social de garantia de direitos sobre as terras através desta nova forma de atuação do Estado, atingindo com suas experiências o reconhecimento tanto dos órgãos internacionais, bem como, da sociedade brasileira (INCRA, 2016b). Apesar dos avanços obtidos torna-se necessário a manutenção do estímulo a discussões de forma transdisciplinar com a finalidade de aprimorar e valorizar a relação Sociedade–Estado para o alcance de soluções que promovam maior sustentabilidade e aplicabilidade das políticas públicas para a Reforma Agrária.

Atualidade do Assentamento Horto-Aymorés de Bauru - SP

Após todos os processos para que a aquisição e desapropriação das terras, parcelamento, distribuição e titulação das glebas aos assentados beneficiados sejam concluídos, os próximos passos serão dados pelo próprio assentado, como a retirada de um certificado de Declaração da Aptidão ao PRONAF (DAP), encontrar meios de cultivar o solo com o objetivo de atender as políticas de Aquisição de Alimentos de origem da Agricultura Familiar (PAA), entre outros. O que se observa é que neste momento começam a surgir as grandes dificuldades na transformação/constituição destas áreas, como por exemplo, parte-se do pressuposto que existe um saber sobre os processos que envolvem o trabalho e a produção agrícola,

aceita o desconhecimento sobre elementos necessários para a comercialização e associação, somado à precariedade de recursos físicos, financeiros e ferramenta comum nos processos de assentamento, culminando em riscos altos de atingir a inviabilidade do mesmo. Muitas destas famílias assentadas são neorurais, outra parte não sabe o que cultivar, não ocorre uma articulação efetiva entre os assentados para se desenvolver a economia associativa, colaborativa, as áreas são grandes para se trabalhar sem maquinários, falta conhecimento técnico-científico, suporte e orientação direcionada ao desenvolvimento sustentável da comunidade assentada, entre outros citados pelos beneficiados com a Reforma Agrária. Outros aspectos que geram dificuldades são os sociais que de certa forma “*classificamos como produção familiar ou unidade capitalista de produção*” (NEVES, 2008), não havendo um ponto parcimonioso que os retire da condição de submissão ao mercado exploratório que força a venda dos produtos por baixos valores e adquirir produtos de alto valor, com isso, esta parcela de famílias assentadas passam a subsistir da produção e comercializar o excedente por preços injustos, como presenciado na região de Bauru/SP, assentados oferecendo hortaliças por um valor muito abaixo do mercado.

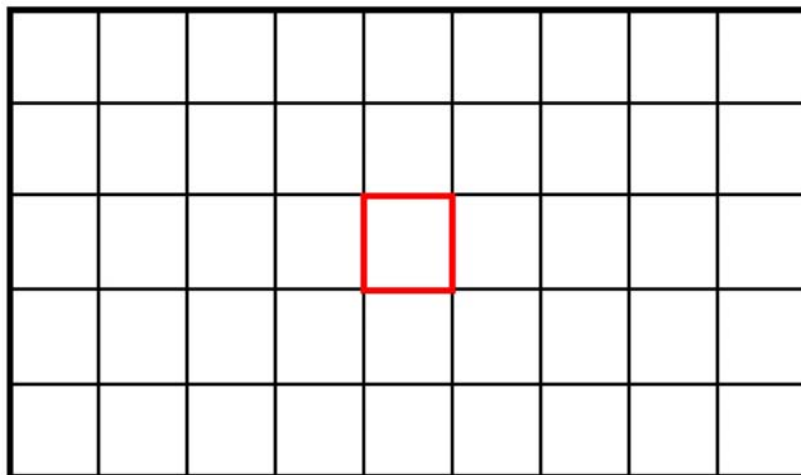
Estas observações permitem certas reflexões e precede certos questionamentos, como:

- Um valor de financiamento maior disponibilizado pelo PRONAF, resolveria? Há necessidade de glebas entre 8 a 10 hectares por lote? Poderia ser disponibilizada uma estrutura de equipamentos comunitários a todos os assentados? A promoção de uma articulação mais eficaz entre os assentados, os organizaria? Deve-se discutir alguma política pública que complemente e facilite este processo de constituição das áreas? Os institutos técnicos de desenvolvimento rural, como CATI e SAGRA, devem ter um papel de gestor da rede, do desenvolvimento e planejamento nos assentamentos? Parcerias governamentais com universidades públicas e privadas facilitariam o acesso à ciência e tecnologia? Por estas e outras indagações tem-se o objetivo deste trabalho, refletir sobre a situação/realidade atual do assentamento Horto-Aymorés, sabendo que estes problemas mencionados também são vividos em outras regiões, bem como propor alternativas que facilitem um desenvolvimento sustentável.

A verba para a Reforma Agrária é garantida por lei e composta por 3% da receita tributária da União, somado, caso haja, com valores de outros fundos, institucionais, privados, esta é utilizada para a aquisição das terras em sua totalidade. A área da gleba é variável, conforme a região em questão, consideramos dez (10) hectares como média. Valor médio do PRONAF em 2010 segundo relatório SAF-MDA foi de R\$ 7780,00, número de famílias assentadas no Horto Aymorés.

Partindo destas reflexões, no período que compreende a divisão e titulação das terras, antes da colonização, 10% do investimento total seriam direcionados para a viabilização do Centro comunitário de Apoio, Desenvolvimento e distribuição (Figura 1) e os demais 90% dos recursos financeiros em glebas de 5 hectares, módulos suficientes para geração de renda com planejamento e tecnologia. Esta gleba de uso comum do assentamento (Figura 1) deve ser

equipada com um *packing house*, um trator com implementos agrícolas, estufa/viveiro para a autonomia na produção de mudas, entre outros equipamentos agrícolas para garantir as boas condições de plantio, colheita e distribuição dos alimentos, além da promoção da transição para a sustentabilidade, definida por Gleissman (2009): “No sentido mais amplo, a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável - a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometido”.



-  Gleba assentados
-  Centro Comunitário de Apoio, Desenvolvimento e Distribuição

Figura 1. Representação ilustrativa da disposição das glebas e apontamento em vermelho da área de instalação do Centro Comunitário de Apoio e Desenvolvimento e Distribuição.

Para que toda esta infraestrutura possa ser utilizada na promoção do desenvolvimento sustentável de base familiar e promoção da transição agroecológica, é necessário iniciar o processo de construção da articulação desta comunidade em rede, envolvendo pessoas com uma determinada finalidade comum, seja esta rede criada por meio de uma associação ruralista, OCS, Cooperativa ou rede agroecológica, precisamos de mediadores/articuladores para iniciar o processo de configuração da rede local, podendo estes serem designados pela União através dos institutos de desenvolvimento agrário como por exemplo o MDA (SAF), Institutos de Terra, a SEMMA, a CATI ou SAGRA, além de possíveis convênios com instituições como SEBRAE, universidades públicas e privadas, para que sejam norteados pelo conceito coletivo e por participação ativa de cada ator,

as suas especificidades sejam garantidas também, com o objetivo de construir processos adequados a cada assentamento.

Segundo esta linha de raciocínio, as famílias já estariam prontas para iniciar o processo de colonização da área, já têm a terra, os equipamentos para trabalhar o solo e a organização para iniciar o processo de produção; estão aptos aos programas de aquisição de alimentos, ao financiamento para agricultura familiar; neste momento é necessário a extensão técnica iniciar o planejamento e capacitação da comunidade para atender tais programas, organizar as produções de forma a viabilizar diversidade em quantidades suficientes para atender outras demandas de mercado como feiras, cestas, restaurantes, chamadas públicas, entre outras, impedindo assim que situações onde a maioria dos assentados produzem a mesma espécie vegetal em grande quantidade nos momentos de baixa demanda, desmotivando a produção rural.

Referências

GLEISSMAN, S. R., **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 658p.

INCRA. **Colonização e Reforma Agrária**. 2016a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 15 set. 2016.

INCRA. **Diretrizes estratégicas de implementação de reforma agrária**. 2016b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 16 set. 2016.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (autores). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. 348p.

VILLAR J.P; CARDOSO I.M.; FERRARI E.A.; DAL SOGLIO F. K. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J.C.C.; ASSIS, W.S. (eds.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, p. 37-72, 2013.



Ilustração: Elen Ravanelli